

**APRESENTAÇÃO DA SÉRIE
IGREJAS/AGENTES RELIGIOSOS**

Nesta série estão organizadas as entrevistas com lideranças e representantes das organizações sociais vinculadas a Igreja, principalmente católica.

Entrevistas disponíveis até o momento:

- Inês Fátima Polidoro (CPT de Campos)
- Integrantes da CPT
- Dom Adriano Hipólito
- Dom Aloísio Lorscheider
- Dom Avelar Brandão
- Dom Pedro Casaldáliga
- Leonardo Boff
- Maria de Jesus da Silva
- Padre Paulo Joasil da Silva
- Paulo Crespo
- Vera Lúcia Marques Tavares

NÚCLEO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Inês Fátima Polidoro (CPT de Campos)

DADOS BIOGRÁFICOS: agente da CPT em Ccampos/RJ

ENTREVISTADOR(ES): Inês Cabanilha de Souza e Paulo Roberto Alentejano

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada para pesquisa *Impactos regionais dos assentamentos rurais. Dimensões econômicas, políticas e sociais*, financiada pela Finep – Financiadora de Estudos e Projetos do Governo Federal, coordenada por Leonilde Medeiros e Sérgio Leite.

DATA: 1998 ou 1999

LOCAL: Campos dos Goytacazes, RJ

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igreja/Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en.IG k7.ines	01 fita k7/60min	Não	
MP3	MSPP/en.IG mp3.ines	00h30min	Sim	Fita reunida em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en.IG res.ines	02 páginas	Sim	Resumo da entrevista

DESCRITORES:

Anthony Garotinho (prefeito de Campos dos Goytacazes, RJ)
Assentamento Novo Horizonte (Campos dos Goytacazes, RJ)
Assentamento rural
Campos dos Goytacazes (RJ)
CPT – Comissão Pastoral da Terra
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Ocupação de terra
Produção agrícola
Reforma agrária
Rio de Janeiro
Sindicalismo rural

SUMÁRIO:

Fita 1, Lado A – Fala sobre processo de reestruturação da CPT e sua ida para as regiões norte e noroeste; explica que CPT não atuava nessas regiões porque priorizava as regiões com maior número de assentamentos rurais; afirma também que Igreja nessas regiões tem um perfil tradicionalista; fala sobre chegada da CPT no assentamento Novo Horizonte; opina sobre situação desse assentamento e que ele está muito atrelado à prefeitura; diz que muitos assentados ainda trabalham como assalariados; questiona o que é conquistar a terra e contrapõe à ideia de buscar sustento no corte de cana; opina que houve falta de incentivo e de apoio para o trabalho na lavoura na época do assentamento; fala sobre falta de serviço médico no assentamento e proposta feita pela CPT sobre medicina alternativa; fala sobre dificuldades iniciais na aproximação da CPT com os assentados; cita problemas enfrentados pelo assentamento; opina que o MST tem que aprender a buscar o apoio da CPT; afirma que de um lado existe muita terra, muita usina falida e muito trabalhador, mas que, por outro lado, é possível que se esteja criando favelas no campo; critica atuação do MST: diz que figura do patrão foi substituída pelas lideranças do movimento; afirma que trabalhadores não possuem autonomia e independência; comenta sobre atuação dos sindicatos rurais; comenta sobre projetos empreendidos pelo governo; opina sobre receptividade da população urbana ao assentamento;

Fita 1, Lado B – Explica dificuldades encontradas para desenvolver ações na área da saúde e da educação; fala sobre falta de incentivo da prefeitura; opina sobre influência do assentamento Novo Horizonte para aceitação de assentamentos rurais pela população local; questiona baixa produtividade e diversificação dos produtos do assentamento; comenta sobre projeto Lumiar e atuação da Emater.

NÚCLEO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): CPT – Comissão Pastoral da Terra
DADOS BIOGRÁFICOS:

ENTREVISTADOR (ES): Vários (Elide Rugai Bastos, Fernando Lourenço, Joaquim Soriano, José dos Reis dos Santos Filho, Vera Lúcia Botta Ferrante)

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no início do Projeto “Dez Anos de Luta pela Terra – 1969/1979)

DATA: Início da década de 1980

LOCAL: São Paulo, SP

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES: Remissiva aos dossiês sobre o projeto Dez Anos de Luta pela Terra (1969/1979), sob código: MSPP/sr-SC.cct.al até MSPP/sr-SC.cct.sp, do conjunto Sindicalismo Rural.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igrejas / Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			
MP3	Não há			
TRANSCRIÇÃO	MSPP/En. IG.trans.cpt	41 páginas	Sim	Páginas datilografadas

DESCRITORES:

Amazônia Legal
Bóia-fria
CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
Conflito por terra
Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPO - Comissão Pastoral Operária
CPT - Comissão Pastoral da Terra
Igreja
Luta de Classes
Luta pela Terra
Nordeste
Posse da terra
Sindicalismo rural
Titulação da terra
Trabalhador assalariado

SUMÁRIO:

Os entrevistados informam que a CPT atua desde 1975 na luta pela posse da terra, sendo o início de sua atuação se deu na área da Amazônia Legal; reforçam a presença dos agentes pastorais da Igreja atuando, inicialmente, de forma assistencialista e depois apoiando o movimento rural na sua luta; destacam o surgimento do sindicalismo e a aproximação com ele; esclarecem porque a CPT não é tão presente no Nordeste e a dificuldade na relação com os boias-frias e assalariados; detalham como se dá a prática da CPT, o acompanhamento dos agentes pastorais e qual a filosofia da sua atuação; contam como a CPT se envolveu com os conflitos agrários e a iniciativa e importância de se fazer um levantamento/mapeamento deles; tratam dos tipos de conflitos e das diferenças regionais; sintetizam melhor os objetivos e atuação da CPT; expõem a relação da estrutura da Igreja e da CNBB com a CPT; abordam a relação com a CPO; revelam que a linha política da CPT ainda está em construção e que o debate acadêmico é um desafio também; explicam a problemática da titulação da terra entre os próprios trabalhadores em todo o país; apontam alguns problemas das federações, da Contag e do sindicalismo como um todo; discorrem sobre os arquivos da CPT e o aprofundamento desses dados e pesquisa.

NÚCLEO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Dom Adriano Hipólito

DADOS BIOGRÁFICOS: Fundador da diocese de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, RJ.

ENTREVISTADOR (ES): Jorge Antônio Barros

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: *Jornal do Brasil*

TÍTULO DA MATÉRIA: “Reforma Agrária não será fácil”

DATA: 03/08/1986

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igrejas / Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. IG.cli.dah	01 página	Sim	Fotocópia do original

DESCRITORES:

Assembléia Nacional Constituinte
Baixada Fluminense
Bico do Papagaio (TO)
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Diocese de Nova Iguaçu (RJ)
Ditadura militar (1964-1985)
Governo Sarney (1985-1989)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Latifundiários
Leonardo Boff (frei)
Luta por terra
Posseiros
Teologia da Libertação

SUMÁRIO:

Fala sobre a fundação da Diocese de Nova Iguaçu e a organização das associações de moradores na região; comenta os conflitos por terra na Baixada e a distribuição de terras da diocese por meio de regularização fundiária; analisa a reforma agrária e Governo Sarney; trata da Constituinte; comenta sobre a Teologia da Libertação; fala sobre os resquícios da ditadura militar nas ações do Executivo e Legislativo; fala sobre ditadura, tortura e sobre religião na atualidade.

NÚCLEO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Dom Aloísio Lorscheider
DADOS BIOGRÁFICOS: Arcebispo de Fortaleza no momento da entrevista.
ENTREVISTADOR (ES): Não identificado
VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: O Liberal
TÍTULO DA MATÉRIA: Não consta
DATA: 15/07/1985
LOCAL: Não consta
OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Igrejas / Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. IG.cli.dal	01 página	Sim	Fotocópia de recorte do periódico

DESCRITORES:

Capitalismo
CPT - Comissão Pastoral da Terra
GEBAM - Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas
Getat - Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins
Igreja Católica
Latifundiário
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária (I,1985)
Reforma Agrária
Violência no campo

SUMÁRIO:

Fala sobre a posição da igreja em relação ao PNRA: destaca que considera o Plano impregnado de uma lógica capitalista, o que vai de encontro com a posição da Igreja, que defende uma reforma agrária que chama de comunitarista, com o foco no bem comum; comenta a respeito do pedido da CPT de extinção do Getat e do Gebam.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Dom Avelar Brandão

DADOS BIOGRÁFICOS: Cardeal brasileiro. Nasceu em Viçosa (AL), em 13/06/1912, e morreu em Salvador, em 19/12/1986. Com apenas 33 anos foi sagrado bispo de Petrolina, arcebispo de Teresina. Em 1971 foi nomeado Arcebispo Metropolitano de São Salvador da Bahia e em 1972 recebeu o barrete cardinalício das mãos do papa Paulo VI.

ENTREVISTADOR (ES): Não identificado

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: O Globo

TÍTULO DA MATÉRIA: “Dom Avelar: Está na hora do Brasil definir seu caminho”

DATA: 27/10

LOCAL: Salvador

OBSERVAÇÕES: O ano da entrevista está cortado na reprodução do material, mas provavelmente é 1985 ou 1986.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igrejas / Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. IG.cli.da	02 páginas	Sim	Fotocópia de recorte do periódico

DESCRITORES:

Celam – Conselho Episcopal Latino-americano
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
Direito à propriedade
Direito de greve
Estado democrático
Estado e igreja
Governo Sarney (1985-1989)
Greve
Igreja Católica
Redemocratização (anos 1980)
Reforma Agrária
Religião e política
Trabalhador rural
Trabalhador urbano

SUMÁRIO:

Avalia, de forma geral, o Brasil e a Igreja Católica ao longo de seus 50 anos de vida sacerdotal, apontando os principais recuos e falhas desse período; explica o que ele considera ser o papel da Igreja no momento da entrevista, destacando a importância de se fazer uma reforma agrária e uma nova Constituição; sobre a Constituinte, expressa que a Igreja está acompanhando as lideranças políticas e suscitando a participação de lideranças civil, mas não vai participar diretamente do processo; explica o seu entendimento sobre a reforma agrária; avalia positivamente a atuação da Igreja ao lado dos trabalhadores rurais sem terra em algumas regiões do país, embora ache que é preciso ter cuidado com as posições meramente de afirmação do poder político de grupos; também considera legítima a luta e a greve dos trabalhadores urbanos em um regime democrático; manifesta que o “pacto social” proposto pelo governo é válido, porém deve haver boa vontade entre as partes envolvidas a fim de que cheguem a um consenso; crê que não há perigo de retrocesso político no país, pois não há clima nem razões para isto.

NÚCLEO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Dom Pedro Casaldáliga

DADOS BIOGRÁFICOS: É bispo da prelazia de São Félix do Araguaia (MT) e adepto da Teologia da Libertação no Brasil. Natural da Catalunha (Espanha).

ENTREVISTADOR (ES): Pedro Tierra

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Teoria e Debate*

TÍTULO DA MATÉRIA: “D. Pedro Casaldáliga”

DATA: junho-agosto de 1994

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igrejas / Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. IG.cli.dpc	12 páginas	Sim	Fotocópia do original

DESCRITORES:

África do Sul
Amazônia
América Latina
Arena – Aliança Renovadora Nacional
Capitalismo
Chiapas (México)
Cidadania
Colono
Comunidade indígena
Congresso Nacional
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT – Comissão Pastoral da Terra
Democracia
Desapropriação de terras
Ditadura militar (1964-1985)
Empreiteiro
Estado plurinacional
Europa
Igreja
Latifúndio
Luiz Inácio Lula da Silva (sindicalista)
Luta pela terra
Mato Grosso
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Papa João Paulo II
Parque Xingu (MT)
Participação popular
Partido político
Pistolagem
Posseiro
PT – Partido dos Trabalhadores
Reforma agrária
Rio Araguaia (MT, GO e PA)
São Félix do Araguaia (MT)
Socialismo
Sudam – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Teologia da Libertação
Trabalho escravo
Violência no campo

SUMÁRIO:

Fala sobre o assassinato do “peão Maguila” - trabalhador e seu companheiro - e analisa este caso na disputa por terra; conta sobre a criação da CPT e sobre a desconfiança dos trabalhadores acostumados à Igreja tradicional; fala sobre os conflitos por terra que envolvem índios, posseiros e latifundiários; fala sobre a CPI da Terra dos anos 70, e da posição do parlamentar Siqueira Campos; trata da construção da estrada que cruzaria a Ilha do Bananal e seus impactos e interesses; fala da preocupação da Igreja com atitudes progressistas do entrevistado e cerceamento de sua atividade pastoral; fala sobre a visita do Papa João Paulo II ao Brasil e o encontro com os bispos do país; analisa os impactos do colapso do Leste Europeu no pensamento da esquerda e na Teologia da Libertação na América Latina; discorre sobre o significado do levante de Chiapas no México e outros levantes populares da América Latina; fala sobre racismo e o significado da eleição de Mandela na África do Sul; conta sobre o desinteresse em voltar a morar na Europa; discorre sobre o assassinato do padre João Bosco Burnier em 1976 e de outros padres e o significado das mortes junto à população; conta sua paixão por escrever poesias e opina sobre poetas e escritores de esquerda da América Latina; analisa o ressuscitar dos movimentos sociais e populares, dos partidos políticos e seu significado para a cidadania e democracia do Brasil; faz considerações sobre a existência de trabalho escravo no Brasil; defende um projeto popular pluriétnico, pluricultural e plurinacional, com reforma agrária; critica o neoliberalismo; fala da estrutura conservadora do país e da dificuldade de transformação mesmo com um possível governo de Lula; afirma que reforma agrária só se faz com desapropriação; apresenta um desenho de uma sociedade justa; dá conselho aos candidatos à Presidência da República: “que saiam do jogo caso não saibam jogá-lo”.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Leonardo Boff

DADOS BIOGRÁFICOS: Frei e um dos principais defensores da Teologia da Libertação

ENTREVISTADOR (ES): Mônica Ximenes Leite e Suely Pinheiro

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Senhor*

TÍTULO DA MATÉRIA: “O teólogo da miséria – Frei Leonardo Boff responde ao exército e a própria hierarquia da Igreja e mantém os postulados básicos de uma Igreja crítica do poder e da sociedade”

DATA: 13/02/1985

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igrejas / Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP.en. IG.cli.lb	03 páginas	Sim	Fotocópia do original

DESCRITORES:

Igreja
Teologia da Libertação
Estruturas de poder
Movimento popular
Marxismo
Direitos humanos
Justiça social
Ditadura militar (1964-1984)

SUMÁRIO:

A entrevista tem como tema principal a Teologia da Libertação, da qual Leonardo Boff é um dos principais expoentes no Brasil; diz que a Teologia da Libertação se propõe a discutir e conscientizar a sociedade sobre os direitos humanos, justiça social e paz; aborda questões como a atuação da Igreja nos movimentos populares, a sucessão presidencial, o autoritarismo eclesial e o marxismo.

NÚCLEO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Leonardo Boff.

DADOS BIOGRÁFICOS: Frei e um dos principais defensores da Teologia da Libertação.

ENTREVISTADOR (ES): Carlos Carvalho, da Agência Angular.

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Senhor*, número 275.

TÍTULO DA MATÉRIA: “O blefe da reforma agrária. O frei Leonardo Boff acha que o governo desistiu de fazê-la e que seu imobilismo acirra as tensões no campo.”

DATA: 24/06/1986

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igrejas / Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. IG.cli.lb2	02 páginas	Sim	Fotocópia do original

DESCRITORES:

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT – Comissão Pastoral da Terra
Fazenda Annoni (PR)
Governo Sarney (1985-1989)
Latifundiário
Ministério da Justiça
Nova República
Paulo Brossard (ministro)
Posseiro
Reforma agrária
Trabalhador rural sem terra
UDR – União Democrática Ruralista
Violência no campo

SUMÁRIO:

Fala sobre sua participação na Romaria dos Sem Terra em Novo Hamburgo; explica como a Igreja vê a questão da reforma agrária e faz críticas à política de reforma agrária levada pelo governo; discorre sobre as críticas feitas pelo ministro Paulo Brossard à CNBB e aos agentes eclesiais; fala sobre a visita do presidente Sarney ao papa; apresenta sua visão sobre a UDR e diz que acredita na reforma agrária.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Maria de Jesus da Silva

DADOS BIOGRÁFICOS: Missionária da Igreja Católica; Secretária Executiva do CAT – Centro Agroambiental de Tocantins.

ENTREVISTADOR(ES): Luciano Leal Almeida.

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada para a pesquisa que deu origem à dissertação de mestrado de Luciano Leal Almeida, intitulada Sindicalistas e pesquisadores na região de Marabá: uma análise do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT), defendida em 2011 no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

DATA: 10/09/2010

LOCAL: Marabá, Pará

ROTEIRO: () SIM () NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igrejas / Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			
MP3	MSPP/en. IG.mp3.maje	32min	Sim	
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. IG.trans.maje	06 páginas	Sim	Transcrição não literal feita pelo entrevistador.

DESCRITORES:

Agricultor
Articulação sindical
Autonomia sindical
CAT – Centro Agroambiental de Tocantins
COOCAT – Cooperativa de Produtores (PA)
EFA - Escola Família Agrícola
Jean Hébette (padre)
LASAT – Laboratório Sócio Agrônomo do Tocantins
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Sindicalismo rural
Trabalhador rural

SUMÁRIO:

Inicia com sua origem, chegada em Jacundá (1981) e entrada em equipe missionária; Conta que formaram uma chapa para os sindicatos dos trabalhadores rurais e que assumiu a secretaria do sindicato em uma Assembléia do Povo de Deus, passando à presidência, posteriormente; Diz que trabalho foi feito em torno da luta da terra e dos expropriados da barragem de Tucuruí; Fala sobre contato feito por Jean Hébette e Emmanuel Wambergue para criação de um centro de referência ambiental; Diz que ambos queriam que os sindicatos fossem atores desse projeto; Conta que a proposta foi levada aos presidentes dos sindicatos para que fosse aprimorada e aprovada; Comenta ampliação do programa a partir da emancipação de outros municípios; Cita criação da COOCAT, do Lasat, EFA, dentro da estrutura do CAT; Explica que Fata era a entidade jurídica do CAT; Fala sobre criação do Lasat por necessidade de uma equipe de técnicos que orientassem os trabalhadores rurais na produção de culturas; Busca por um avanço na agricultura familiar; Opina sobre importância das experiências feitas no CAT, cita período de forte organização da cooperativa; Comenta mudanças na diretoria do sindicato e declínio do programa; Diz que atuou diretamente até 1997-1998; Diz que desde o início entendiam a importância do programa: apoio da universidade, olhar externo para os trabalhadores rurais; Diz que já conhecia Jean Hébette através da Igreja Católica; Explica que Jean Hébette já era atuante e que já possuía credibilidade na região; Opina sobre relação entre sindicalistas e pesquisadores: percepção de que gerava certa angústia aos trabalhadores; Fala sobre novidade do programa e questionamento de sua validade; Diz que sindicalistas e agricultores não tinham muita compreensão dos objetivos dos pesquisadores, mas que percebiam sua importância e colaboravam; Fala que conflitos só surgiram depois da instalação do programa; Diz que não percebeu manipulação pelo discurso dos pesquisadores aos agricultores; Comenta debates entre pesquisadores e sindicalistas; Fala sobre aprovação internacional e nacional do programa; Lamenta fim do CAT e questiona seu fim; Afirma que CAT contribuiu para a conscientização e formação política do sindicalismo; Acrescenta falta de apoio na época aos sindicatos e que CAT apareceu dando suporte, financeiro e de formação, aos sindicatos; Comenta ajuda financeira do CAT aos sindicatos; Diz que o que existe ainda de positivo da ação do CAT é a Cooperativa, mas que não sabe ao que levou o projeto; Diz que programa serviu como experiência e amadurecimento, mas que poderia ter sido melhor se não tivesse fracassado; Opina sobre fracasso do CAT: interesses pessoais, retirada de Jean Hébette da linha de frente, afastamento dos pioneiros do projeto; Afirma que término se deu por

irresponsabilidade administrativa e disputas pessoais; Não acredita que término tenha relação com a disputa política de tendências do PT; Diz que experiências do CAT ajudaram pouco no crescimento da agricultura familiar pela falta de sequência e intensidade do trabalho; Opina que desestabilização do CAT tirou a força dos sindicatos e que experiências do programa morreram; Acredita que poderia ter havido algo que possibilitasse o resgate do CAT; Diz que grupo que assumiu os sindicatos de forma irresponsável também passou a comandar o CAT; Observa que sindicato já foi mais forte; Diz que as pessoas eram mais lutadoras, explica porque vê o sindicato como um balcão de aposentadoria atualmente; Diz que essa situação do sindicato é nacional; Diz que não se recorda de uma discussão sobre atuação política no CAT; Conta que foi secretaria executiva do CAT em 1995; Diz que município pediu para que se candidatasse vereadora e que permanece no parlamento desde então; Fala que sindicatos da região são ligados ao grupo político Articulação Socialista e que foi afastada do sindicato.

NÚCLEO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Paulo Crespo

DADOS BIOGRÁFICOS: Ex-padre, secretário executivo da CNBB/NE II.

ENTREVISTADOR (ES): Claudio Castanha

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal do Comercio

TÍTULO DA MATÉRIA: “A luta da Igreja pela reforma agrária”

DATA: 23/04/1989

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igrejas / Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. IG.cli.ppc	02 páginas	Sim	Fotocópia do jornal

DESCRITORES:

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

Ditadura militar (1964-1985)

Estatuto da Terra

Fetape – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco

Governo Vargas (1930-1945)

Igreja Católica

Latifundiário

Política agrária

Reforma agrária

SAR – Serviço de Assistência Rural

Sindicalismo rural

SORPE – Serviço de Orientação rural de Pernambuco

Trabalhador rural

SUMÁRIO:

Situa historicamente o momento a partir do qual a Igreja Católica passou a atuar em defesa da reforma agrária no Brasil; destaca o papel da Igreja no apoio à organização dos trabalhadores rurais nos anos 1950 e 1960, sobretudo em relação à formação de sindicatos, federações e confederação; comenta a atuação paralela dos comunistas e da Igreja juntos aos trabalhadores rurais; aponta os impactos do golpe de 1964 nas lutas sociais dos trabalhadores rurais, destacando o papel da Igreja nesse processo; explica que fez uma opção por estabelecer um diálogo com o governo militar com o intuito de manter o movimento ativo; por causa disso, considera que foi alvo de uma dupla pressão: enquanto os militares o acusava de ser agitador, a esquerda o via como um entreguista; comenta sobre como os sindicatos reagiram diante da luta armada, assim como a posição da Igreja diante dessa estratégia de ação; fala sobre a participação da Igreja na elaboração do Estatuto da Terra e faz uma avaliação do conteúdo da lei que foi criada.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Padre Paulo Joanil da Silva

DADOS BIOGRÁFICOS: Padre Oblato de Maria Imaculada; Membro da CPT – Comissão Pastoral da Terra.

ENTREVISTADOR(ES): Luciano Leal Almeida.

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada para a pesquisa que deu origem à dissertação de mestrado de Luciano Leal Almeida, intitulada *Sindicalistas e pesquisadores na região de Marabá: uma análise do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT)*, defendida em 2011 no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

DATA:

LOCAL: Pará

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igreja / Agentes religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			
MP3	MSPP/en.IG. mp3.pajo	36min	Sim	Áudio já disponível em formato digital
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en.IG. trans.pajo	08 páginas	Sim	Digitadas

DESCRITORES:

Agricultor
Autonomia sindical
CAT – Centro Agroambiental de Tocantins
CPT - Comissão Pastoral da Terra
EFA – Escola Família Agrícola
Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Fata – Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia
Jean Hébette (presidente Fata)
Jean Hébette (professor UFPA)
MEB – Movimento de Educação de Base
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NEAF – Programa de Agricultura Familiar
Sindicalismo rural
Teologia da Libertação
Trabalhador rural
UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO:

Diz que é padre missionário Oblato de Maria Imaculada e conta que chegou a Marabá em 1979; Conta ter trabalho até 1992 com posseiros da região; Explica trabalho realizado: vínculo à CPT, à Diocese de Marabá, apoio à luta dos trabalhadores rurais pela terra; Diz que havia uma análise sobre a importância de criação de sindicatos na região; Conta que primeiro sindicato criado em Marabá foi no início dos anos de 1980, em Morada Nova; Cita atuação de padre Humberto; Conta que residia mais em Jacundá, onde também iniciaram uma delegacia sindical; Comenta que viam a necessidade da organização dos trabalhadores, contextualiza período e proibição militar ao sindicalismo; Explica que na época o sindicalismo era obrigado a se submeter ao Ministério do Trabalho, ao comando do senador Jarbas Passarinho; Comenta aparecimento dos sindicatos nos municípios, lutas pela terra e violência; Afirma que, nesse período, a única entidade de apoio às lutas dos trabalhadores era a CPT; Fala sobre relacionamento entre pesquisadores, equipe de Jean Hébette e a CPT; Fala sobre Jean Hébette: formação, atuação, ligação com a UFPA; Conta que os demais pesquisadores chegaram através de Jean Hébette a partir de meados dos anos de 1980; Diz que idéia do CAT como união das forças mais atuantes na região veio de Jean Hébette, quem convidou a CPT para fazer parte das discussões; Fala sobre olhar da CPT sobre o a criação do CAT; Explica olhar positivo da CPT sobre o CAT e percepção a cerca da proposta do projeto; Diz que havia a percepção de ser um projeto que acontecia de cima para baixo; Presença de estudantes e pesquisadores que estavam nas comunidades da região para fazer suas pesquisas em prol do CAT e se retiravam logo em seguida; Diz que havia um questionamento por parte dos trabalhadores rurais de quem eram esses pesquisadores e a finalidade da pesquisa; Opina que projeto de comercialização de arroz do CATapesar de ser positivo, não correspondia às necessidades locais do povo; Cita problemas que os trabalhadores rurais encontravam em relação à comercialização do arroz; Diz que conversava com Emmanuel Wambergue sobre situação dos trabalhadores rurais; Comenta sobre funcionamento dos trabalhadores rurais em relação ao dinheiro; Afirma que crítica da CPT ao

CAT estava no método de trabalho e não na intenção; Diz que não se posicionaram como mediadores de diálogo entre CAT e trabalhadores rurais; Coloca outra crítica em relação ao CAT: esvaziamento da luta pela terra; Explica atuação da CPT em relação à luta do trabalhador rural em contraposição à atuação do CAT; Diz que trabalho da CPT continuou apoiando normalmente os trabalhadores rurais, que não chegou a ser membro do CAT; Diz que saiu de Marabá em 1992 e que deixou de ter informações sobre o andamento do CAT; Conta que só recentemente, quando retornou ao Pará, que soube que o CAT havia terminado; Diz que não tem como fazer uma avaliação da experiência do CAT e que pretende retornar as visitas na região como CPT regional; Cita demandas que apareceram na região; Diz que escutou dos sindicalistas que o trabalho da CPT se tornou mais burocrático; Diz que violência na região diminuiu numericamente, mas que os massacres e a impunidade continuam; Opina que a perversidade do poder público e do latifundiário não mudaram; Explica porque acredita que o CAT não poderia ter tido uma atuação diferente; Diz que contexto político do Brasil confundia os trabalhadores rurais quanto ao CAT por seu vínculo com uma instituição federal, a UFPA; Diz não saber se pessoal do CAT estava preparado para responder aos trabalhadores rurais os objetivos das pesquisas realizadas; Comenta desconfiança dos trabalhadores rurais sobre possível envolvimento da polícia nessas pesquisas; Diz que sua opinião está mais vinculada ao município de Jacundá; Comenta dificuldade de linguagem entre trabalhadores rurais e acadêmicos; Avalia figura de Jean Hébette e sua atuação; Diz que ele não era conhecido popularmente como um padre, mas como professor; Diz que possuía carisma e capacidade de comunicação.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Vera Lucia Marques Tavares

DADOS BIOGRÁFICOS: Assessora da CPT do Rio de Janeiro.

ENTREVISTADOR (ES): Victor de Araújo Novicki

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: A entrevista foi feita para colher dados para a dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, de autoria de Victor de Araújo Novicki. Título: *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983 - 1987)*, Ano de Obtenção: 1993

DATA: 12/11/1990

LOCAL: Rio de Janeiro, RJ

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Igrejas / Agentes Religiosos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. IG.k7.vlt	3 fitas K7/60min	Não	Fitas em bom estado físico
MP3	MSPP/en. IG.mp3.vlt	02h04min	Sim	Fitas reunidas em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. IG.trans.vlt	39 páginas	Sim	Manuscrita a lápis, com fotocópia do original

DESCRITORES:

Conflito por terra

CPT – Comissão Pastoral da Terra

**Fetag/RJ - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro Governo
Brizola (1983-1987)**

Governo Moreira Franco (1987-1991)

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Política de assentamento rural

Rio de Janeiro

Trabalhadores rurais

SUMÁRIO:

Fala do seu passado na luta pela terra antes de entrar para a CPT do RJ, quando era advogada de posseiros e trabalhadores rurais no Pará; explica a diferença entre os agentes de pastorais e os agentes regionais da CPT; aborda as atividades desenvolvidas pela CPT no RJ; expõe o apoio da CPT na criação e fortalecimento do MST; acredita que no governo Chagas Freitas o confronto agrário se dava no judiciário e no governo Brizola o confronto se dava nas ocupações; discorre sobre o perfil das lideranças pré e pós 1964 e a relação delas com o Estado; comenta brevemente a importância do 1º Congresso dos Sem Terra para o RJ; aponta alguns dos problemas no processo de organização dos assentamentos e produção; expõe como a polícia agia no governo Brizola; aprofunda as ações do judiciário e do governo em defesa da propriedade privada; fala da assessoria da CPT ao MST e do “afastamento” dos dois movimentos; comenta a comissão dos assentados no RJ; em relação ao governo Moreira Franco, opina que ele não conseguiu efetivar uma política de assentamentos e aborda as continuidades do governo Brizola; expõe que a relação entre a CPT e a Fetag no governo Brizola foi cordial; acredita que havia uma competição entre o governo Brizola e o governo federal em relação a reforma agrária; coloca a disputa política entre lideranças, assessores e técnicos pela representação dos trabalhadores rurais; fala da dupla-militância dos técnicos enquanto governo e movimento; a partir da saída de Miguel Presburguer do MST e CPT para se tornar assessor do governo e a cooptação; comenta a falta de apoio da Fetag ao MST e o privilégio dado pelo governo Brizola em relação aos mutirões, associações e o sindicalismo; revela a divisão partidária dentro do movimento, a participação do poder legislativo e do judiciário na questão da terra; explica o que é desapropriação; coloca que o MST é autônomo ao movimento sindical e não uma comissão dentro dos sindicatos; esclarece o significado da palavra pelego para os trabalhadores; conta como se dava a relação da CPT com o governo do Brizola, de desconfiança recíproca; explica porque o MST prefere reivindicar a desapropriação do que a discriminação de terras devolutas e o usucapião.